

**Nota da ABA/CAI sobre o assassinato do professor indígena Laklãnõ-Xokleng, Marcondes Namblá, da Terra Indígena Laklãnõ**

A Associação Brasileira de Antropologia e sua Comissão de Assuntos Indígenas vêm somar-se às várias manifestações de pesar, indignação e anseio por justiça frente ao perverso assassinato por espancamento do professor indígena Laklãnõ-Xokleng, Marcondes Namblá, da Terra Indígena Laklãnõ, situada no município de José Boiteux, no alto vale do Itajaí. Marcondes recentemente aprovado no primeiro concurso público para professor indígena realizado pelo Estado de Santa Catarina, lecionava na Escola Laklãnõ. O martírio de Marcondes soma-se a pelos menos dois outros crimes recentes igualmente bárbaros, também ocorridos no litoral de Santa Catarina.

Conclamamos autoridades e instituições públicas de todos os níveis de governo a promover campanhas de sensibilização sobre a importância do respeito aos modos de vida e aos direitos dos povos indígenas garantidos pela Constituição e sobre as graves violações de tais direitos, no passado e no presente, para que estas não se perpetuem.

Na escola Laklãnõ, Marcondes desenvolvia projetos para o fortalecimento da língua indígena, utilizando-se da música como estímulo para as aulas. Exercia o cargo de Juiz na Terra Indígena, o que expressa sua postura equilibrada, carismática e conciliadora. Essa função, para o povo Laklãnõ-Xokleng, é a única com autoridade para fiscalizar e repreender eventuais excessos cometidos pelos caciques.

Marcondes formou-se em 2015 no Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, tendo defendido um brilhante Trabalho de Conclusão de Curso sobre o banho de rio e educação das crianças. Seu trabalho demonstra a centralidade desta atividade para o desenvolvimento e habilitação das crianças Laklãnõ-Xokleng e os prejuízos causados pela Barragem Norte para a continuidade desta prática. Enquanto acadêmico, assessorou a Política Indígena da FURB e vinha se preparando para ingressar no mestrado em Antropologia da UFSC.

Casado e pai de cinco filhos, Marcondes estava desempenhando trabalho temporário no local em que foi assassinado no litoral do estado de Santa Catarina: vendendo picolé em período de férias turísticas. O comércio voltado aos turistas que visitam o litoral sul do Brasil nos meses de verão tem sido uma importante alternativa de renda para as populações indígenas da região, encapsulados em territórios exíguos que não lhes oferecem alternativas de sustento.

As imagens do crime já circularam amplamente pelo país e a polícia parece já ter identificado o algoz. A polícia qualificou o crime como “homicídio por motivo fútil”. Os requintes de crueldade e covardia do crime lembram o assassinato de Galdino Pataxó, queimado vivo em Brasília há mais de 20 anos. Nesse período, uma geração de jovens indígenas conseguiu acessar a educação escolar e universitária, buscando conhecimentos que possam lhes garantir justiça e dignidade. Com tristeza observamos que, apesar disso, continuam expostos à mesma situação de vulnerabilidade e violência.

Em dezembro de 2016, a criança Vitor Kaingang, com dois anos de idade, foi degolada por um desconhecido, enquanto era alimentada pela mãe, em Imbituba. Em novembro do ano passado (ou seja, há dois meses!), a indígena Ivete de Souza, 59, teve a sua mão esquerda decepada a golpes de facão, desferidos por dois adolescentes durante um ataque à aldeia Guarani da TI Morro dos Cavalos, no município de Palhoça, no contexto da constante intimidação que tem sido promovida contra os indígenas dessa região. Dona Ivete é mãe da cacica Eunice Kerexú.

Tudo leva a crer que não estamos diante de fatos isolados. Vitor Kaingang, dona Ivete Guarani e, agora, Marcondes Laklãnõ são, a nosso juízo, vítimas da atmosfera de intolerância e ódio étnicos em que vivemos, em especial na região Sul, e que conta com a cumplicidade de autoridades públicas e meios de comunicação, que destilam diuturnamente discursos preconceituosos contra os indígenas, seus modos de vida e seus direitos fundamentais. Tais manifestações, por sua vez, são repercutidas nas redes sociais e chegam até os comentários postados sob as notícias que veiculam tais crimes bárbaros. Não surpreende, assim, que pessoas se sintam autorizadas a brutalizar indígenas - homens ou mulheres, idosas ou crianças.

Os poderes e instituições públicos constituídos, contudo, não podem nem devem se sentir à vontade nesse ambiente. Antes, eles têm a responsabilidade de, junto com as organizações de justiça e direitos humanos da sociedade civil, conter a expansão dessa atmosfera genocida e dissolver o racismo institucional. É imperativo tolher os que disseminam o ódio, a intolerância e o preconceito contra os modos de vida indígenas, e combater o crime de racismo perpetrado contra os índios por diferentes atores. O diversionismo em relação à efetivação dos direitos indígenas reconhecidos na Constituição Federal implica na cumplicidade com a barbárie de que o assassinato de Marcondes Laklãnõ é a mais recente expressão.

Nossos sentimentos vão para seus familiares e amigos, para o povo Laklãnõ e para seus colegas e professores da UFSC, que hoje choram a perda de uma pessoa tão vivaz, brilhante, querida e cheia de planos.

Brasília, 05 de janeiro de 2018.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – ABA E SUA COMISSÃO DE  
ASSUNTOS INDÍGENAS - CAI**